

## QUEM SÃO OS ALUNOS REPETENTES DA PRIMEIRA SÉRIE DO PRIMEIRO GRAU DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA\*

Antonio dos Santos Andrade\*\*

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de uma tese de Doutorado onde se pretendeu um estudo etnográfico com alunos repetentes da primeira série do primeiro grau. Os dados que serão apresentados aqui foram obtidos na primeira fase do estudo, a esta seguiram-se um levantamento do potencial cognitivo dos alunos e um estudo da instituição escolar através da observação participante.

Os dados a serem apresentados a seguir referem-se ao que temos denominado como "contextualização", procedimento de pesquisa adotado com o objetivo de caracterizar as origens sócio-econômica e cultural dos alunos, que inclui entrevistas com os familiares, visitas ao local de moradia, observações durante a entrevista e fora dela.

Estudos anteriores (Wolf, 1978; Gatti, 1981; Arns, 1978; Isaac, 1977;

Ferrari, 1975; Bonamigo, 1980; Fukui, 1980 e Rosemberg, 1981) indicam que as crianças provenientes das classes sócio-econômicas inferiores são as mais vitimadas pela repetência e evasão nas primeiras séries escolares.

Nesta etapa de nossa tese, pretendemos verificar, a partir de um estudo mais intensivo com uma amostra representativa dos alunos repetentes de uma escola estadual do município de Uberlândia, a confirmação dos resultados citados.

É necessário advertir, no entanto, que a busca de uma relação entre a reprovação e a pobreza não implica em supor que esta seja fator causal daquela. Já se tornou clássico o estudo de Gatti e outros (1981) que aponta como causa da reprovação na primeira série do primeiro grau a "maneira como a escola trabalha com a pobreza". A este juntam-se muitos outros referentes à estigmatização social da criança (Schneider, 1974, por exemplo), além

\* Este trabalho constitui parte da tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em 1987. A tese foi desenvolvida sob a indispensável orientação da Dr<sup>a</sup> Maria Regina Maluf e com a subvenção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional (INEP) do MEC, através do convênio nº 26/84, para os custos com as auxiliares de pesquisa: Áurea de Fátima Oliveira, Ione Aparecida Silva, Luzia Aparecida da Conceição Borges, Maria de Fátima Olim Aveiro, Maria Rodrigues Naves e Marta Aparecida Assuane.

\*\* Professor do Departamento de Psicologia da UFU.

de análises críticas como as de Patto (1981 e 1984).

## 2. METODOLOGIA

### 2.1. Os alunos objeto deste estudo

No ano de 1984, dos 360 alunos matriculados na primeira série do primeiro grau da escola em que a presente pesquisa foi realizada, 124 eram repetentes. Pensávamos inicialmente em incluir em nossa pesquisa a metade

destes alunos, mas, por dificuldade de localização de seus domicílios, vimos-nos forçados à redução para quarenta por cento. Por isso, nossa amostra constitui-se de 50 alunos, dentre os 124 repetentes da escola.

Descreveremos, a seguir, os 50 alunos selecionados para participar da pesquisa no que concerne a idade, sexo e número de reprovações.

Apresentamos na Tabela 1 as características dos alunos repetentes, quanto ao sexo e idade.

Tabela 1: Idade e sexo dos alunos da amostra.

Idade \ Sexo	Masc.	Fem.	Total
08 anos	03	06	09
09 anos	09	05	14
10 anos	09	03	12
11 anos	05	05	10
12 anos	03	00	03
13 anos	00	01	01
14 anos	00	01	01
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>21</b>	<b>50</b>

A idade mínima era oito anos, sendo que a quase totalidade deles (90%) tinha até 11 anos e o restante (10%), um pouco mais.

Quanto ao sexo, a diferença mínima a favor dos meninos (29 contra 21) não parece indicar um predomínio de qualquer dos sexos.

A Tabela 2, a seguir, apresenta o número de reprovações de cada um dos alunos repetentes.

Tabela 2: Número de reprovações dos alunos da amostra.

Nº de reprovações \ Alunos	Total	%
01	21	42
02	24	48
03	03	06
04	00	00
05	02	04
TOTAL	50	100

Como podemos observar na tabela acima, ainda que o número de reprovações da grande maioria dos alunos (90%) situe-se entre uma e duas, encontramos dois alunos com cinco, como casos limites, e três outros com três reprovações.

## 2.2. Procedimentos para a contextualização dos alunos

A estratégia básica para obtenção dos dados referentes à contextualização era uma entrevista semi-estruturada, realizada nos lares dos alunos, com seus pais ou responsáveis.

Para a realização destas entrevistas, foram utilizados estudantes dos últimos períodos do curso de Psicologia de uma universidade.

A seleção e o treinamento destes auxiliares de pesquisa foram feitos por nós mesmos, e ainda acompanhamos os auxiliares em suas primeiras entrevistas. Na etapa de treinamento, que antecedeu a coleta de dados, além das leituras sobre a técnica a ser utilizada, os auxiliares realizavam entrevistas com famílias, também da periferia do município de Uberlândia, conseguindo material para discussão conosco, tanto sobre as dificuldades técnicas encontradas, como sobre o conteúdo obtido.

### 2.2.1. A entrevista com os familiares

As entrevistas com os familiares dos alunos foram realizadas procurando incorporar as sugestões de Michelat (in Thiollent, 1982, pp. 191-211), apre-

sentadas como forma de entrevista não-diretiva adequada às situações de investigação sociológica. Buscamos também considerar as críticas de Kandell (in Thiollent, 1982, pp. 169-189) a propósito desta técnica. Com isto, procuramos realizar entrevistas não sujeitas às limitações dos questionários diretos e fechados, sem no entanto cair na ingenuidade perigosa que pode se ocultar no não-diretívismo tradicional<sup>1</sup>.

Seis temas básicos constituíram as entrevistas. A sua apresentação, bem como a passagem de um tema a outro, era realizada sempre com o intuito de promover um relacionamento favorável ao envolvimento dos entrevistados com os temas. Pretendemos que os familiares dos alunos explicitassem, além de informações mais objetivas sobre suas condições de subsistência e sua história de vida, as representações que possuíam a respeito dos temas abordados, ou seja, das condições em que viviam.

Os temas abordados foram:

- História familiar: procedência dos pais e avós dos alunos, a história da união que deu origem à família do aluno e as mudanças e/ou migrações desta;
- constituição familiar: membros do núcleo familiar e suas características;

- condições materiais de subsistência: ocupação profissional, rendimentos, condições de moradia, meios de locomoção, alimentação, saúde e higiene;
- educação: nível de escolaridade dos familiares e história escolar da criança;
- projeto de vida: planos em relação a escolarização e trabalho dos membros da família, lugar para viver e assuntos conexos;
- representações: depoimentos, crenças e valores relativos à escolarização, ao fracasso da criança, às suas capacidades, e às condições em que se dá a subsistência da família.

Os relatos dos informantes eram registrados através de gravadores.

A princípio, esperávamos obter os dados pretendidos em uma única entrevista, mas a prática revelou-nos a impossibilidade de consegui-los. Principalmente em relação à história de vida dos pais, avós e dos próprios alunos, os relatos eram muito longos e tomavam um tempo tal que obrigava a realização de novas entrevistas, a fim de não provocar cansaço no informante.

De forma geral, os familiares eram bastante receptivos e coopera-

1. Para maiores considerações, consultar Thiollent, 1982, pp. 79-99.

vam de forma muito mais freqüente do que se esperava. O fato de o entrevistador se apresentar como interessado em obter informações que se destinavam à compreensão das reprovações sucessivas dos alunos, objetivando-se uma atuação no sentido de solucionar o problema, fazia com que fosse muito bem recebido pelos familiares, que prontamente se dispunham a cooperar.

### 2.2.2. Técnicas complementares

A primeira estratégia técnica consistia em uma visita ao local de moradia, durante a qual o futuro entrevistador apresentava-se e falava de seus objetivos com o trabalho. O contato inicial, nesta visita, dava-se através da identificação do entrevistador como estagiário da universidade, que realizava um trabalho na escola, pretendendo conhecer, em seus aspectos extra-escolares, aquelas crianças que foram reprovadas no ano anterior. O objetivo final era colocado como uma intervenção facilitadora no sentido de beneficiar os alunos, para que as reprovações diminuíssem. Tudo isto era colocado em termos que facilitavam a compreensão do interlocutor.

Esta primeira visita não demorava, em média, mais que 10 a 15 minutos, pois a entrevista seria marcada para outro dia e horário, conforme a disponibilidade dos pais ou responsáveis pelos alunos. No entanto, este primeiro contato permitia ao pesquisador o acesso a uma grande quantidade de informações significativas na contex-

tualização sócio-econômica desses alunos. Além de outros aspectos não previstos que ocorriam e assumiam grande importância nessa contextualização, eram registrados:

- a distância da residência em relação ao centro do Bairro;
- a localização da residência;
- a aparência geral do domicílio: tamanho, acabamento, material de construção;
- a disponibilidade dos adultos responsáveis pelos alunos;
- o grau de parentesco dos responsáveis pelos alunos;
- Uma primeira impressão do interlocutor que, no caso deste vir a ser o entrevistado, ajudaria a organizar a entrevista.

Em geral, os pais ou responsáveis acolhiam bem a idéia da entrevista. Alguns verbalizavam a necessidade e, até mesmo, a urgência de se buscar alguma forma de lidar com o que para eles representava um grande problema: a repetência. Nestas colocações já era possível antever o nível de preocupação deles com a escolarização de seus filhos.

## 3. RESULTADOS

Apresentaremos os resultados obtidos. Alguns em forma de tabelas e transformados em porcentagem, a fim de obtermos uma visão representativa do grupo. Outros, cuja quantificação não foi possível nem desejável por con-

sistirem em declarações nas quais se fazia uma apreciação geral sobre o tema abordado, serão apresentados através da ilustração daqueles depoimentos mais típicos.

### 3.1. O grupo doméstico

Na caracterização do grupo doméstico, baseamo-nos no grau de parentesco dos adultos responsáveis pelas crianças.

Apesar de nossa amostra compor-se de 50 estudantes, eles pertenciam a 44 grupos domésticos, pois encontramos seis casos em que o aluno tinha um irmão entre os demais componentes da amostra.

Os dados referentes a esta classificação dos grupos domésticos são apresentados na Tabela 3.

A constituição típica do grupo doméstico dos alunos é a família conjugal, entendida como incluindo marido, mulher e filhos, encontrada em 61% das

residências visitadas. 9% das famílias formaram-se de uma segunda união dos pais, indicada na Tabela como: pai e madrastra ou mãe e padrasto. 91% dos grupos domésticos visitados incluíam, além das acima mencionadas, aquelas formações em que um dos cônjuges estava ausente, por morte ou outra razão, indicadas na Tabela como: mãe e pai, ou seja, os cinco tipos de grupos domésticos correspondentes à família conjugal ou dela derivados, seja pela substituição de um dos cônjuges ou pela sua ausência, compreendem a grande maioria (91%).

Em outros dois casos, o aluno vivia com a avó, ou ambos os avós, além da presença da mãe, indicados como: mãe e avó, mãe e avó e avô.

Nos dois últimos casos, os pais naturais estavam ausentes, tendo a criança sido criada pelo avô e pela avó, num dos casos, e por pais adotivos, no outro.

Tabela 3: O grupo doméstico dos alunos em estudo.

Constituição familiar	(1) Total	(2) %	(3) Fr.Ac.	(4) %Fr.Ac.
Pai e Mãe	27	61	27	61
Pai e Madrastra	01	02	28	63
Mãe e Padrasto	03	07	31	70
Mãe	07	16	38	86
Pai	02	05	40	91
Mãe e Avó	01	02	41	93
Mãe e Avó e Avô	01	02	42	95
Avô e Avó	01	02	43	98
Pais Adotivos	01	02	44	100
TOTAL	44	100	-	-

(1) Freqüência total; (2) Porcentagem sobre a freqüência total; (3) Freqüência acumulada; (4) Porcentagem sobre a freqüência acumulada.

De um outro ponto de vista, o grupo doméstico pode ainda ser caracterizado em relação à distribuição do trabalho no seu interior. Observamos que competia aos membros do sexo masculino o trabalho externo ao lar, buscando obter rendimentos que garantissem a subsistência do grupo. Todos os adultos deste sexo trabalhavam fora ou eram aposentados. As crianças, muito cedo, eram estimuladas a seguir este modelo. Os pais, ou responsáveis, em geral, lamentavam quando os meninos não trabalhavam, seja "catando caco", garrafas vazias, jornais velhos, papelões e outros resíduos descartáveis nos lixos das residências, ou solicitando-os a seus moradores. Este material, adquirido gratuitamente, era vendido, gerando um rendimento que era aproveitado na manutenção das despesas domésticas. Os meninos trabalhavam ainda vendendo sorvetes, pirulitos, salgados e congêneres nas ruas da cidade. Em um dos grupos domésticos, o menino "puxava lenha do mato" em um carrinho de mão, pelo que era remunerado. Em outros, o aluno "puxava pó de serra pro dono da serraria".

Aos membros do sexo feminino competia o trabalho interno ao lar, co-

mo: limpeza, manutenção, preparo da alimentação, cuidados com os filhos pequenos. As alunas, mesmo as menores, ajudavam a mãe, madrasta ou avó nestas tarefas e, quando no grupo doméstico não existia um adulto do sexo feminino entre os responsáveis pelas crianças, essas alunas o substituíam.

Esta divisão apareceu como tão fundamental na constituição do grupo doméstico que, em um deles, em que o pai criava apenas filhos do sexo masculino, a casa "ficava às moscas", pois nenhum deles assumia o trabalho doméstico, "as vizinhas é que dão uma mãozinha, fazem esta caridade, senão... ", relatou-nos o pai. Em dois outros grupos, em que a mãe havia se separado do marido e só tinha filhos do sexo masculino, ela era obrigada a realizar todo o trabalho doméstico quando retornasse do trabalho remunerado, externo ao lar.

Um outro aspecto no qual nos baseamos para caracterizar o grupo doméstico é o número de membros que o compõe. A seguir, na Tabela 4, apresentamos a distribuição dos 44 grupos domésticos segundo o número de membros que os compõe.

Tabela 4: O número de membros do grupo doméstico dos alunos em estudo.

Número de Membros	(1) Total	(2) % -	(3) Fr.Ac.	(4) % Fr.Ac.
03	03	07	03	07
04	08	18	11	25
05	08	18	19	43
06	05	11	24	54
07	07	16	31	70
08	06	14	37	84
09	01	02	38	86
10	02	05	40	91
11	01	02	41	93
12	02	05	43	98
13	00	00	43	98
14	01	02	44	100
TOTAL	44	100	-	-

(1) Frequência total; (2) Porcentagem sobre a frequência total; (3) Frequência acumulada; (4) Porcentagem sobre a frequência acumulada.

A tendência central desta distribuição (a mediana) situa-se aproximadamente na composição equivalente a seis membros. No entanto, a dispersão é muito grande, pois varia de três até 14 membros. As composições mais frequentes correspondem aos números de quatro, cinco, seis, sete e oito membros. Até oito membros é a característica de 84% dos grupos domésticos. Mas um grupo doméstico compreendia 14 membros, dois outros grupos tinham 12 membros, um outro 11, dois se compunham de 10 e um de 9 membros.

Em resumo, a grande maioria dos grupos domésticos dos alunos estudados é do tipo familiar conjugal. Além disto, caracterizam-se pelo seu grande número de membros.

### 3.2. Mobilidade Geográfica do grupo doméstico

Nas entrevistas, perguntávamos aos entrevistados sobre o tempo de residência em Uberlândia, a procedência e o tempo de residência nas localidades anteriores. Apesar de não termos obtido todas as informações solicitadas, pois nem todos os informantes se lembraram, organizamos para apresentação as informações referentes ao tempo de moradia em Uberlândia e à localidade de procedência.

A Tabela 5, apresentada a seguir, resume os dados referentes ao tempo de residência em Uberlândia e a zona de procedência, rural ou urbana, dos grupos domésticos.

Tabela 5: Região de origem e tempo de permanência em Uberlândia dos grupos domésticos dos alunos em estudo.

Tempo de permanência em Uberlândia	Origem		Outras localidades		s/resp.	Total
	Zona rural	Zona Urbana	Zonas rurais	Zonas urbanas		
1-2 anos			2	0		
3-4 anos			1	2		
5-6 anos			4	0		
7-8 anos			4	0		
9-10 anos			3	0		
11-12 anos			4	0		
13-14 anos			2	0		
15-16 anos			1	0		
17 ou + anos			3	0		
Tempo n/declarado			3	1		
Naturais de Uberlândia	3	5				
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>27</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>44</b>

Somente oito (18%) dos grupos domésticos são de Uberlândia, enquanto 30 (68%) migraram de outras cidades em busca de melhores condições de emprego e subsistência. Dos migrantes, apenas três (7%) originam-se de zonas urbanas, enquanto 27 (61%) provêm da zona rural. Portanto, predominam entre os grupos domésticos estudados migrantes provenientes da zona rural. Destes, sete estão em Uberlândia há no máximo seis anos (correspondem a 26% dos migrantes rurais). Entre sete e 12 anos em Uberlândia encontramos 11 grupos domésticos (41%), e, com mais de 13 anos de residência, encontramos seis grupos domésticos.

Desta forma, podemos afirmar que o grupo doméstico típico dos alunos em estudo constitui-se de migrantes da zona rural que vieram para Uberlândia há algum tempo (7 a 12 anos), podendo este tempo indicar um relativo sucesso na adaptação destes grupos a esta cidade. Encontramos também um número significativo de migrantes recém-chegados da zona rural, cinco grupos domésticos que estão na cidade há menos de seis anos. Por último, encontramos também aqueles migrantes que já se estabeleceram nesta cidade há bastante tempo (13 ou mais anos).

O outro aspecto da mobilidade geográfica destes grupos domésticos, por nós pesquisados, foi a região e a cidade de origem. A Tabela 6 organiza

os resultados encontrados. As cidades de origem foram agrupadas por estado da União, quando pertenciam a outros estados, ou microrregiões econômicas do estado de Minas Gerais distantes de Uberlândia, como no caso de Formiga e Patos de Minas. Todas as outras cidades, citadas pelos entrevistados, pertencentes à microrregião do Triângulo Mineiro, ou a uma das duas mais próximas desta foram agrupadas segundo estas microrregiões. Apresentamos na frente do nome de cada cidade a distância até Uberlândia em quilômetros, entre parênteses. O agrupamento por microrregião econômica impediu a organização das cidades pela ordem decrescente de distância até Uberlândia (este dado só foi possível dentro de cada agrupamento). Este fato se deve a que as microrregiões têm fronteiras comuns e a localização de Uberlândia é central em relação à do Triângulo Mineiro. Apesar disto, preferimos manter o agrupamento a fim de fixar a localização geográfica de cada uma das localidades de origem dos migrantes.

Dos 30 grupos domésticos de migrantes, cinco originaram-se de outros estados da federação, sendo dois deles provenientes do Nordeste (um da Paraíba e outro da Bahia), um do Paraná e os outros dois de Goiás.

Os outros 25 grupos domésticos de migrantes (83%) são mineiros. Destes, apenas dois (8%) originam-se de municípios incluídos em microrre-

Tabela 6: Região e cidade de origem das famílias dos alunos.

ORIGEM	Zona Rural	Zona Urbana	s/res-posta	Total
de Uberlândia	03	05		
Nordeste (PB e BA)	02			
Paraná		01		
Goiás: Anápolis (411 km)		01		
Catalão (120 km)		01		
Minas <sup>1</sup> : Formiga (432 km)	01			
Patos de Minas (223 km)	01			
PI. Araxá <sup>2</sup> : Araxá (184 km)	01			
Sacramento (184 km)	01			
Sta. Juliana (106 km)	01			
Nova Ponte (77 km)	03			
Al. Par. <sup>3</sup> : Douradoquara (185 km)	01			
Patrocínio (132 km)	01			
Est. do Sul (95 km)	01			
Indianópolis (51 km)	02			
T. Min. : Capinópolis (164 km)	03			
Prata (77 km)	01			
Tapuira (50 km)	01			
Araguari (30 km)	06	01		
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>08</b>	<b>06</b>	<b>44</b>

Os valores entre parênteses na frente do nome de cada município referem-se às distâncias destes a Uberlândia, em quilômetros.

- (1) Regiões do estado de Minas Gerais não vizinhas da região do Triângulo Mineiro;
- (2) Região do Planalto de Araxá, vizinha da região do Triângulo Mineiro;
- (3) Região do Alto Paranaíba, vizinha da região do Triângulo Mineiro;
- (4) Região do Triângulo Mineiro.

giões que não têm fronteiras com a região do Triângulo Mineiro, à qual Uberlândia pertence. Dos demais, seis (24%) originam-se de municípios incluídos na microrregião do Planalto de Araxá, limites a oeste da região do Triân-

gulo Mineiro, enquanto cinco (20%) originam-se de municípios pertencentes à microrregião do Alto Paranaíba, com limites ao norte da região do Triângulo Mineiro. Os outros 11 grupos provêm de municípios da Região do Triângulo

Mineiro.

Das localidades incluídas nas três regiões mais importantes, quanto à origem dos migrantes dos grupos domésticos, as microrregiões Pianalto de Araxá, Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, metade delas distam de Uberlândia menos de 100 quilômetros. De localidades destas três regiões, consideradas por nós como próximas, originaram-se 14 das 21 migrações, ou seja, 67% dos grupos domésticos provêm de localidades próximas de Uberlândia, considerando-se apenas as três regiões citadas.

Os grupos domésticos dos alunos em estudo caracterizam-se, quanto à sua mobilidade, em maior parte, como migrantes da zona rural de municípios da microrregião do Triângulo Mineiro

para a cidade de Uberlândia, principalmente daqueles municípios que distam de Uberlândia menos de 100 quilômetros.

### 3.3. As condições materiais de subsistência

#### 3.3.1. Rendimentos

Os rendimentos dos grupos domésticos são o somatório das remunerações percebidas por todos os seus membros economicamente ativos, incluindo-se as crianças. Eles serão expressos em múltiplos do salário mínimo vigente na época da coleta de dados.

Na Tabela 7, apresentada a seguir, estes dados foram organizados relacionando-os com o número de membros do grupo doméstico.

Tabela 7: O rendimento em relação ao número de membros na família

Rend. (em salários mínimos)	Nº de membros														(1) Total	(2) %	(3) F.A.	(4) %F.A.
	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14						
0,5 - 0,9	1	2	1			3									07	16	07	16
1,0 - 1,4	1	2	3	2	3	1	1	1							14	32	21	48
1,5 - 1,9		2	1		1						2				06	14	27	61
2,0 - 2,4				2	2		1		1						06	14	33	75
2,5 - 2,9						1									01	02	34	77
3,0 - 3,4			1												01	02	35	80
3,5 - 3,9	1														01	02	36	82
4,0 - 4,4							1			1				1	03	07	39	89
7,5 - 7,9			1												01	02	40	91
Não declarado															04	09	44	100
Total															44	100		

(1) Frequência total; (2) Porcentagem sobre a frequência total; (3) Frequência acumulada; (4) Porcentagem sobre a frequência acumulada.

A tendência central desta distribuição situa-se aproximadamente no intervalo de 1,0 a 1,4 salários mínimos. A maioria (75% do total) mantém-se com rendimentos inferiores a 2,5 salários mínimos. O grupo doméstico com maiores rendimentos (7,5 a 7,9 SM) é o que se compõe do aluno cujos pais são adotivos, que declararam ter adotado o aluno porque seus pais naturais eram extremamente pobres e não tinham condições de criá-lo.

Três grupos domésticos apresentam rendimentos elevados em relação aos demais (entre 4,0 a 4,4 SM). Mas todos eles possuem um número elevado de membros, entre os quais vários adultos economicamente ativos. A presença destes trabalhadores ativos parece ajudar a manter um nível de rendimentos mais elevado do que o das outras famílias.

Dois outros grupos domésticos percebem rendimentos entre 3,0 e 3,9 SM, superiores também ao da maioria dos outros grupos. Mas, nestes casos, o baixo número de membros (um de três membros e outro de quatro membros) demonstra que a contribuição deve-se exclusivamente à melhor colocação no mercado de trabalho do adulto do sexo masculino.

O outro grupo doméstico com rendimentos superiores ao da maioria do grupo (percebem entre 2,5 e 2,9 SM), como sugere a sua composição de sete membros, conta com mais de um adulto economicamente ativo.

Como já nos referimos, os demais grupos, os que constituem maior número, percebem rendimentos inferiores a 2,5 SM. Destes, provavelmente, a situação de maior pobreza é enfrentada pelos três grupos domésticos que, para a subsistência de seus oito membros, dispõem de um rendimento inferior ao salário mínimo.

### 3.3.2. Alimentação e outras despesas

Considerando-se os baixos rendimentos e o grande número de membros dos grupos domésticos pesquisados, pode-se inferir que tanto a alimentação quanto outras despesas, como água, luz, aluguel e remédios, não teriam quaisquer condições de serem supridas.

Esta hipótese foi confirmada, como demonstraremos pelos depoimentos a seguir, obtidos nas entrevistas com os familiares dos alunos.

Sobre a alimentação, destacamos dos depoimentos de três grupos domésticos, compostos de oito membros, com rendimentos inferiores ao salário mínimo, o seguinte:

*“... alimentação é como lá diz, é arrois, feijão. Algum dia às veis a gente compra um pedacim de carne, batata, tutu, abóbra, uma mandioca, é isso aí que a gente come. Não é dizê que é só arrois com feijão, não senhora! Às veis uma batatinha. Inda mês passado*

*só de armazém, eu ganho no-venta e pouco<sup>2</sup>, como disse pra senhora, mês passado eu fiquei devendo sessenta e poucos mil de armazém. Dinheiro que recebi num deu prá pagá. Então, muitas veis a gente num fais, é porque a 'coxa' num dá! Se desse a gente podia fazê. . ."*

(Avô de Lu.).

Entre os outros dois grupos domésticos, compostos de quatro membros, com rendimentos inferiores ao salário mínimo, selecionamos o seguinte depoimento ilustrativo, ao se abordar o problema da compra do leite para as crianças, principalmente os menores.

*"... sobra não, leite é difícil. E lá alguma vez que eu compro, né. Carne também tá caro. Agora o pão não, o pão pra eles comê de cedo, sempre a gente compra. . ."*

(Mãe de Si.).

Em quase todos os outros grupos domésticos é a alimentação um dos elementos mais prejudicados pela falta de poder aquisitivo do grupo doméstico, como se pode constatar na seguinte declaração, obtida de um dos pais dos alunos.

*"... O que a gente come, é da moda do outro, arrois, feijão, tu-*

*mate, abóbra, carninha de veis em quando, mas é difícil. . ."*

(Mãe de Ed.).

Em vários depoimentos obtivemos declarações de que há falta de qualquer tipo de alimentação. A seguir, selecionamos duas destas declarações, a título ilustrativo.

*"... que a gente é pobre, a gente num tem condição. Meu esposo tá ganhando só o salário mínimo, e tem dia que vai pra escola sem comê nada. Tem dia que chega almoço só um poquinho. Quando é na volta do dia num tem nada pra comê, porque a gente é pobre, num pode comprá! Vai esperar a janta, quando é de tarde toma banho, janta, deita na cama vai dormi! Que tem dia tudo chora. . . farta duma coisa pra comê. . . num tem. . ."*

(Mãe de Ma.).

*"... tem dia, tem os meninos aqui de prova, tem dia que não nem arrois aqui em casa pra fazê, nem feijão. E muitas veis já dormimo aqui em casa sem janta. E ninguém sabe a diferença. Eu sou assim. . . se tivé come, se não tivé, não come. Eu não vou no vizinho pedi, porque se pedi depois tem que pagá. Muitas e muitas vez. . . já dormimo sem*

2. As referências ao dinheiro são feitas em "cruzeiros" dado que a coleta de dados é anterior à reforma econômica de fevereiro de 1986, que criou a nova unidade monetária, o cruzado.

O salário mínimo na época desta entrevista (dezembro de 1984) era igual a Cr\$ 166.650.

*janta aqui. E muitas vez, o meu marido já foi pro serviço sem levá comida, já trabalhou sem comê também, por causa disso, sabe? . . . Que os trem acaba e não tem dinheiro pra comprá. . .”*

(Mãe de So.)

A carne é, em geral, um componente ausente da alimentação, além de outros, como declaram os seguintes pais:

*“ . . . é, sempre tem arrois, nunca falta né? Assim, arrois, feijão, manteiga, que óleo nós não temo não, nós come é na banha, né? . . . Macarrão, a carne tá difícil demais, né? . . . Alguma verdura algum dia. . . Até o dia que dé pra comê nós tá comeno e o dia que não dá. . .”*

(Mãe de Ma.)

ou:

*“ . . . uai! . . . carne todo dia nós num come não, mas verdura, ovos direto nós come! Agora carne uma vez por semana! . . .”*

(Mãe de Vi.)

*“ . . . quase não pode alimentá direito, a gente alimenta mas é uma alimentação fraca. . . Arroz e feijão e a merenda da escola pras crianças. . .”*

(Pai de Ad.)

As outras despesas não são

mais fáceis de se pagar que alimentação, conforme nos declararam:

*“ . . . meu ordenado da pensão num dá pra pagá a luz e a água. De nada! Uai! . . . Vinte e três mil de água, vinte e três mil de luz, num tá dano, qu'eu ganho quarenta e cinco<sup>3</sup>, né? . . .”*

(Avó de La.)

Em alguns casos, a sorte ajuda:

*“ . . . tem água atrasada até. . . Acho que tem uns cinco talão atrasado. Mais eu dô sorte pra caramba, o ano passado eu atrasei oito talão, eles não cortou não. . .”*

(Mãe de Mai.)

Mas, além da água e da luz, o aluguel e a farmácia também criam dificuldades:

*“ . . . minhas dificuldades é isso. Meu marido ganha salário, ganha pouco. O que ele ganha não dá, não dá pra nada. Tem que pagá luz, aluguel, água. Então, eu tenho cinco filhos, depois que casou a outra só tenho quatro. Porque uma casou, né. . . E problema de doença também. Esses tempos pra trais esse menino meu adoeceu, aí. . . Porque eles não adoecem fácil não, igual eu te falei, é tudo muito sadio, mais adoecem, dá gripe forte nele. Tem*

3. O salário mínimo na época desta entrevista (dezembro de 1984) era igual a Cr\$ 166.650.

*que levá no médico. É aquela remeieira, precisa de vê, que ele chia o peito. Da última veis agora, pois, passamo até fome aqui dentro de casa, passamo falta, teve aqui, veio tudo descontado na firma, onde compra remédio, vem tudo descontado na folha do meis. Meu marido veio com vinte e poucos mil<sup>4</sup>, dentro do bolso. . ."*

(Mãe de So.).

Com freqüência, à exceção de alguns casos, em que o rendimento é superior a 3,0 salários mínimos e o grupo doméstico não excede a quatro membros (Cf. Tabela 7), é predominante a falta de recursos mínimos para o suprimento das necessidades básicas do grupo doméstico.

Nesta situação de pobreza, à qual um dos entrevistados se referiu utilizando a metáfora do "cobertor menor que o corpo", necessariamente "alguma parte terá que ficar descoberta". No caso dos grupos domésticos entrevistados, a parte mais prejudicada é, segundo suas declarações, sempre a alimentação, pois a pressão do locador pelo pagamento do aluguel é forte demais, os remédios já vêm descontados na folha de pagamento, a água e a luz podem ser suspensas ("se não pagar, eles cortam"), e as dívidas são cobradas na porta. A alimentação torna-se assim o único item do orçamento, dentre os mais necessários à subsistência, cuja pressão é apenas interna ao grupo doméstico e, portanto, acaba sendo o

mais sacrificado.

Tal estado de carência nutritiva justifica, na falta de políticas mais fundamentais em termos de redistribuição de renda, a manutenção de merenda escolar que, para alguns destes alunos, constitui-se na única refeição real.

### 3.3.3. Saúde, higiene e lazer

O relato de doenças na família esteve sempre presente, em quase todas as entrevistas. Em relação à amostra em estudo, como veremos com mais detalhes posteriormente, sempre que os pais ou responsáveis eram solicitados a falar sobre o "fracasso" das crianças na escola, era nas doenças adquiridas quando ainda bebê ou nos traumas de parto, ou ainda nas dificuldades da gravidez que as mães buscavam as explicações e justificativas deste "insucesso". Em relação aos seus outros filhos, os relatos eram pouco freqüentes. Os pais quase sempre diziam, principalmente no início da entrevista, que o aluno repetente, ao qual se estava referindo, era o mais doente da casa, que os outros, "graças a Deus" (sic) eram todos muito saudáveis. Esta "saúde" incluía pequenas doenças, como sarampo, caxumba e outras que acometem as crianças na primeira infância ou algumas menos freqüentes em crianças de classes mais favorecidas mas muito comuns entre eles, como bronquite, pneumonia, desidratação. Quanto à saúde dos pais ou responsáveis, engajados no mercado de trabalho, as doenças relatadas eram sempre

4. Esta entrevista foi realizada no início do segundo semestre de 1984, quando o salário mínimo ainda era Cr\$ 57.120.

provocadas por acidentes de trabalho. Das esposas, estivessem engajadas no mercado de trabalho ou não, os relatos caracterizavam muito mais queixas em relação a sintomas específicos do que a quadros nosológicos. Assim, elas se referiam muito a um cansaço generalizado, acompanhado de tonturas, dores de cabeça e, às vezes, desmaios. Todavia, consideravam tais sintomas como próprios de suas vidas. Apontavam também as várias gravidezes, quase sempre problemáticas, como a causa principal.

Em relação a doenças mentais, alguns poucos entrevistados relataram a existência de casos em seus antecedentes: avós e tios dos alunos, com uma frequência não superior a um sexto dos grupos. A identificação destes casos era feita com internamentos por problemas "nervosos" em hospitais e instituições psiquiátricas.

O alcoolismo era freqüentemente relatado, principalmente nos adultos do sexo masculino. Mas não era admitido como doença ou causado por perturbação mental. Era visto como decorrente das condições de vida, ou, pelo menos, como uma forma de suportá-la. A seguir, apresentamos o relato de uma mãe sobre o hábito de seu marido em ingerir bebidas alcoólicas, no qual se pode entender a forma de explicação por ela desenvolvida.

*"... icha, minha fia, meu marido vive reclamano. A vida dele é reclamá e tem dia de domingo...*

*não sei se é desespero da vida, ele bebe, minha fia, você precisa de vê de que jeito ele fica. Ele bebe, chega a chorá que a lágrima pinga... fica nervoso, mais com ele mesmo. Ele não fala nada comigo, sabe... Ele fica nervoso assim, sabe? Ele tem vontade de sumi, quando lembra das coisas assim, tudo difícil, sabe?... Ele ganhano pouco desse jeito, diz ele que dá vontade de sumi também. Ele fica nervoso. Principalmente dia de domingo, quando ele bebe um pouquinho, aí que ele fica ruim mesmo. Eu falo pra ele, quando ele chega ruim assim, chega tonto assim, ruim. Quer dizê, que eu acho... que ele não bebe de jeito nenhum, acho que uma vez na vida, uma vez na vida, outra na morte. Que ele bebe, não é reparano, né?... Porque também... vai indo ele tem que bebê. Desespero, né? Desespero fais muita coisa na vida de uma pessoa. Ele fica desesperado, então bebe, enche a cara, vê se esquece um pouco das coisas, você não acha?..."*

(Mãe do So.).

Quanto à assistência médica e odontológica, os grupos domésticos que dispõem de cadastramento no INPS, encaminham os doentes para o hospital universitário, que mantém convênio com esse órgão. Os demais recorrem ao posto de assistência médica e odontológica do Centro Social Urba-

no, mantido pela Prefeitura Municipal. Ainda, há aproximadamente seis anos, iniciou-se na escola em estudo um programa de saúde escolar, em que atuam estagiários dos cursos de medicina e odontologia. Este programa inclui, por exemplo, a distribuição, em sala de aula, de flúor diluído em água para as crianças, além de exames de rotina e outras medidas de medicina e odontologia preventivas.

Outro aspecto relacionado à saúde, abordado nas entrevistas com os familiares dos alunos, era a higiene, entendida tanto em relação à habitação como em relação ao asseio corporal, principalmente das crianças.

Em alguns casos, a mãe, ou, quando ela ou outra pessoa do sexo feminino adulta não estava presente, as filhas esforçavam-se no cuidado com a limpeza da casa e na manutenção das regras básicas de higiene e asseio. Mas a localização das residências e seu estado de conservação, quase sempre precário, pareciam dificultar esta tarefa. Como já foi dito, a maioria das casas era localizada em um fundo de terreno, muitas delas se comunicavam com a rua através de corredores estreitos, mal cuidados. Além disto, as residências eram muito pequenas e velhas, abafadas, mofadas, sem lajes ou forros. O mau cheiro era freqüente, devido à proximidade de terrenos baldios utilizados como depósitos de lixo. A queixa mais comum de todos os moradores visitados era contra o descuido da Prefeitura Municipal na coleta de lixo

naquelas ruas.

A falta de calçamento da maioria das ruas aumentava as dificuldades em manter as residências limpas. Na época das chuvas era o barro o maior problema das donas-de-casa; na seca, a poeira. Algumas mães declararam haver tentado deixar as casas fechadas, mas haviam desistido, pois isto só contribuía para aumentar o mofo e o mau cheiro dele decorrente.

Em relação ao asseio corporal, as mães declaravam preocupar-se muito, principalmente com as crianças. Rotinas de banhos, com horários estabelecidos, de escovar os dentes, de lavar as mãos, eram mantidas até com o uso da força. Assim, por exemplo, quando entravam para fazer as tarefas da escola, as mães exigiam que os filhos tomassem um banho antes de iniciá-las. O fato de passarem a maior parte do tempo na rua, brincando na terra, exigia este zelo adicional.

Esta descrição é válida para a maioria dos grupos domésticos, pois, como já dissemos, ela se constitui de grupos em que o pai e a mãe estão presentes, cabendo ao pai o trabalho remunerado fora do lar e à mãe os afazeres domésticos. No entanto, há uma quantidade significativa de grupos domésticos em que apenas um dos cônjuges está presente. Nestes casos, o cuidado com a limpeza, a higiene e o asseio, em relação ao lar e aos filhos, fica muito comprometido.

Naqueles grupos em que os fi-

lhos são criados pelos avós, o zelo é quase sempre menor, pois, em tais casos, os grupos são muito numerosos, os adultos têm idade avançada e, às vezes, são adoentados, ficando as crianças mais aos seus próprios cuidados.

Abordamos ainda, nas entrevistas com os familiares dos alunos, questões relativas às formas de lazer disponíveis para as crianças.

O bairro onde se localiza a escola e a residência dos alunos escolhidos para as visitas inclui em seus limites a leste o Parque Sabiá. É uma grande área que compreende um estádio para prática de futebol, com capacidade para 70.000 pessoas e um grande lago, em cujas margens a Prefeitura Municipal construiu diversas opções de lazer para a população. Há um minizoológico, enorme quantidade de área verde, com muitas árvores, onde se podem realizar convescotes, local apropriado para pesca, natação e pedalinhas, brinquedos construídos com cordas, sobre areia, apropriados para crianças menores, e locais apropriados para passeios. Neste parque, a grande maioria da população do bairro, além de muitos moradores de outros bairros, principalmente os de baixa renda, impossibilitados economicamente de se associarem aos clubes da cidade, passa suas horas de lazer nos fins de semana e feriados. As crianças diziam adorar os passeios no Parque Sabiá, provavelmente pelas opções de lazer que ele oferece.

Mesmo nos dias úteis da sema-

na, os pais ou responsáveis declararam-nos que as crianças passavam a maior parte do tempo na rua, significando com isto que elas se dedicavam a toda sorte de brincadeiras coletivas, em pequenos grupos de crianças, nas ruas onde se localizam as residências. A brincadeira mais comum entre os meninos era o jogo de futebol, enquanto entre as meninas era brincar de casinha ou de escolinha.

A televisão, que a maioria dos grupos familiares possuía, era o lazer, também das crianças, no início da noite, que por norma disciplinar dos pais ficavam em casa; ou opção, quando sua programação era muito atraente, como os programas infantis para todas as crianças e os jogos de futebol para os meninos, em particular.

Em geral, pudemos verificar a incidência freqüente nos filhos destas famílias de doenças como bronquite, pneumonia e desidratação, possivelmente devido às deficientes condições de alimentação. As opções de lazer são razoáveis devido à proximidade do Parque do Sabiá, local de diversão e lazer públicos do município. A higiene é mantida com um grande sacrifício devido à falta de calçamento das ruas e à precariedade das habitações. Mesmo em condições tão difíceis, os pais insistem com seus filhos para que preservem, ao menos, os cuidados com a higiene corporal.

#### 4. DISCUSSÃO

Temos genericamente denomina-

do como "contextualização" o procedimento de pesquisa adotado com o objetivo de caracterizar as origens sócio-econômicas e culturais dos alunos. Este procedimento incluiu, como já dissemos anteriormente, entrevistas com os familiares, visitas ao local de moradia, observações durante a entrevista e fora dela, além de uma recuperação da história do município.

Optamos pela contextualização por entendermos que o processo de repetência escolar na primeira série do primeiro grau, na escola pública, tem a ver com a estrutura global da sociedade. Dados disponíveis na literatura (Wolf, 1978; Gatti, 1981; Arns, 1978; Isaac, 1977; Ferrari, 1975; Bonamigo, 1980; Fukui, 1980 e Rosemberg, 1981), indicavam-nos que as crianças provenientes das classes sócio-econômicas inferiores, atualmente as principais usuárias no Brasil do ensino público e gratuito, a nível de primeiro grau, pelo seu baixo nível de rendimento eram as mais vitimadas pela repetência e evasão nas primeiras séries escolares.

Estas suposições levaram-nos à pesquisa do contexto sócio-econômico

dos alunos repetentes. Posteriormente, a grande incidência de migrantes entre nossos alunos levou-nos a questionar uma possível relação entre esta condição e a incidência de reprovações.

A leitura dos trabalhos de Berlinck (1977), Luiz Pereira (1971) e especialmente Paoli (1974) sugere-nos a postulação da condição de "marginalidade econômica"<sup>5</sup>, no sentido que lhe dá Luiz Pereira (1971) e a condição de migrante rural, presentes na maioria dos grupos domésticos entrevistados, como fatores relacionados à reprovação na primeira série do primeiro grau.

Inicialmente recuperaremos, através de Paoli (1974), a concepção de "marginalidade sócio-econômica" proposta por Luiz Pereira (1971) e, em seguida, a relação entre migração e marginalidade defendida por Paoli (1974). Posteriormente, apresentaremos dados de alguns pesquisadores da região de Uberlândia, que demonstrem a manifestação deste fenômeno neste município, obtidos a partir de pesquisa sobre seu desenvolvimento econômico.

Paoli (1971), na discussão das

5. Apesar de precisarmos, a seguir, o sentido restrito que se atribui à palavra "marginalidade", assumindo-a apenas em seu significado sócio-econômico, referente à renda per capita familiar mínima, lembramos ao leitor que há muitas outras concepções assumidas pelo termo. Uma consideração mais detalhada pode ser encontrada em Pearlman (1981), Berlinck (1977) e Paoli (1974). Estes autores, apesar de seus diferentes objetivos, consideram com detalhes as várias concepções que a palavra assume, principalmente na literatura sociológica. Pearlman (1981) vai mais além, considerando o "mito da marginalidade" em seus vários contextos, científicos e não científicos, revelando as várias formas que ele assume e realizando uma pesquisa que se propõe a verificar empiricamente os pressupostos básicos de tais mitos. Os resultados encontrados não confirmaram porém qualquer destes pressupostos. O autor, conclui por considerar que a permanência deste mito, apesar da insuficiência de evidências a seu favor, deve-se às funções ideológicas que ele cumpre.

concepções assumidas pelo termo "marginalidade", após apresentar críticas às outras posições, expõe a concepção de Luiz Pereira (1971), segundo a qual, "as populações marginais são formadas pelos indivíduos cuja renda per capita (auferida ou imputada) está abaixo da renda mínima per capita familiar" (Paoli, 1971, p. 30, grifos da autora).

Esta renda mínima per capita familiar é determinada calculando-se o número médio de indivíduos em cada faixa etária por família que, multiplicado pelo valor legal correspondente, em termos de remuneração, a cada faixa, resulta no montante de renda com que cada categoria e cada família deveria legalmente ser remunerada. (Paoli, 1971, p. 69)

Em seu estudo com as 30 famílias da Baixada Santista, a autora citada verificou que a renda familiar per capita efetiva era de aproximadamente 1,65 salários mínimos, enquanto o mínimo ideal, baseado nos dispositivos legais, correspondia a 2,4 SM.

Para as 44 famílias de nosso estudo, a remuneração mínima per capita ideal seria de 2,2 SM, enquanto a mínima efetiva era de 1,5 SM. Estes dados corroboram a condição de marginalidade dos trabalhadores incluídos nestas duas pesquisas.

Em relação à ligação entre migração e marginalidade, Paoli (1971) faz a seguinte citação de Maio Margulis:

"a migração pode ser metodologicamente considerada como variável independente nos fenômenos de urbanização, formação e oferta de mão-de-obra industrial, criação de zonas urbanas marginais, decadência da aldeia rural e mudanças culturais na sociedade receptora".

(Margulis, apud Paoli, 1971, p. 101).

A partir desta suposta relação entre marginalidade e migração, procuramos, numa recuperação da história do desenvolvimento econômico do município de Uberlândia, encontrar evidências que nos ajudassem a compreender a existência dos grandes cinturões de migrantes da zona rural que parecem existir na periferia deste município. A constatação de um processo crescente e acelerado de migração campo-cidade em Uberlândia ajudar-nos-á a compreender estas populações marginais.

Para Pessoa (1982), por exemplo, este fenômeno vai além da simples afirmação de que se deve ao processo de industrialização do município. Vários fatores parecem estar envolvidos neste fenômeno, que são assim colocados por esta autora:

a) A estrutura fundiária: desde João Pereira da Rocha, único proprietário da região durante várias décadas, passando-se pelos Carrejos, a distribuição de terras do município de Uberlândia sempre se fez entre herdeiros, parentes e conhecidos das famílias tra-

dicionais. No período de 1960-1970 tentou-se um processo de incentivo às pequenas propriedades, mas logo sobreveio o desestímulo nos anos seguintes. De forma geral, a história do desenvolvimento econômico do município mostra um processo crescente de concentração de terras. Este fenômeno passa então a funcionar como o mais importante determinante do êxodo rural, segundo Pessoa (1982).

b) A expansão da pecuária: constituiu-se no segundo fator de estímulo à migração campo-cidade por duas razões, segundo Pessoa (1982). De um lado, sabe-se que esta atividade emprega um número muito menor de trabalhadores do que a agricultura. Por outro lado, a utilização de pastagens naturais diminui de forma acentuada a área possível de ser explorada por atividades agrícolas.

c) A modernização da agricultura: os dados apresentados por Pessoa (1982) mostram que o emprego das técnicas de modernização da agricultura, típico do período de 1950-1975 do desenvolvimento econômico de Uberlândia, levou a uma diminuição na utilização da força humana. Outro fator, presente há mais tempo na agricultura da região, é a substituição do empregado residente na zona rural pelo temporário, além do assalariamento dos empregados. Todos estes fatores estimularam o êxodo rural.

d) A política agrícola: a análise de Pessoa (1982) a respeito da moderni-

zação da agricultura no município de Uberlândia levou-a a classificá-la como uma "transformação conservadora", pois ela tem desestimulado os pequenos proprietários, a partir das dificuldades de acesso aos insumos, máquinas e crédito rural. As precárias condições em que permanecem os pequenos proprietários, os trabalhadores assalariados, os arrendatários e parceiros levados, em muitos casos, a venderem suas propriedades, geralmente para o empresário rural. Tudo isto leva à concentração cada vez maior da posse e renda da terra e daí o estímulo ao êxodo rural.

e) As precárias condições de vida: a evolução das condições de vida, tanto em termos de saneamento básico, água, luz e esgoto, quanto em relação à saúde e ainda à educação, que se verifica na cidade, enquanto no campo a situação permanece precária em todos estes aspectos, tem funcionado como um estímulo à migração para a cidade, segundo Pessoa (1982).

Por todos estes fatores é que se tem assistido ao aumento acelerado da migração campo-cidade.

Sobre o destino dos migrantes na cidade, há uma pesquisa realizada por Silva (1984), através de convênio entre a Universidade Federal de Uberlândia e a Prefeitura Municipal de Uberlândia, visando o cadastramento econômico da cidade, na qual se pode obter algumas evidências.

Essa pesquisa foi realizada através de visitas a todas as empresas da cidade, formais e informais, do setor industrial, comercial e de prestação de

serviço. A Tabela que apresentamos a seguir fornece os resultados de uma análise preliminar dos dados obtidos na referida pesquisa.

Tabela 8: O Parque Empresarial de Uberlândia: Ago/84.

ATIVIDADE	Mão-de-obra empregada		Situação Jurídica da Empresa					
	Pessoas	%	Empresa Formal		Empresa Informal		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Indústria	7.022	16,1	52	1,8	198	6,2	250	4,1
Comércio	12.360	28,3	900	31,0	2.050	64,2	2.950	48,4
Serviços	21.273	48,7	1.747	60,3	722	22,6	2.469	40,5
Outras	3.043	6,9	200	6,9	225	7,0	425	7,0
TOTAL	43.698	100,0	2.899	100,0	3.195	100,0	6.044	100,0
Participação	Relativa		47,6%		52,4%		100%	

FONTE: Silva, 1984.

Apesar do número da mão-de-obra empregada não poder ser considerada senão como amostral, uma vez que nem todos os dados estavam disponíveis na época da análise, o autor destaca algumas conclusões que merecem citação. A primeira delas refere-se ao predomínio das empresas informais sobre as formais, sendo que o número das primeiras representa 52,4% do total. São consideradas informais por não possuírem situação regular, principalmente junto aos poderes fazendários, trabalhistas e previdenciários. Segundo o autor, são estas empresas, ou melhor, microempresas muito freqüentes nos bairros mais pobres da cidade, ocupando desempregados, vítimas do êxodo rural:

“Todos nós sabemos que em cada esquina de nossas cidades,

principalmente nos bairros mais pobres, existe pelo menos um buteco, normalmente pertencente a um desempregado, quase sempre vítima do êxodo rural”. (Silva, 1984, p. 21).

Outro aspecto a destacar é que a indústria formalmente constituída emprega uma parcela muito pequena da mão-de-obra, restando à grande maioria o emprego em empresas do setor terciário ou ainda em indústrias informais. Este fato corrobora a constatação de Berlinck de que estas “populações marginais” permitem, pela oferta da mão-de-obra abundante, “a sobrevivência de certas indústrias tradicionais e/ou competitivas que, de outra forma, não teriam condições de operar no mercado”. (Berlinck, 1977, p. 150).

Além disto, na medida em que se

constitui em "exército de reserva" para a manutenção de níveis salariais baixos, esta "população marginal" guarda com o desenvolvimento econômico da cidade uma relação funcional extremamente importante. Poder-se-ia mesmo afirmar que, incentivado pelas transformações na agricultura que levaram a uma verdadeira expulsão do homem do campo e pelas relações de produção que lá se estabeleceram, o êxodo rural criou as condições propícias para a formação do "exército de reserva" que, por sua vez, estimulou o desenvolvimento econômico, através da aceleração do processo industrial. Este processo acelerou a modernização da agricultura, que por sua vez acelerou o processo de "expulsão" do homem do campo. Assim, tem-se um círculo vicioso, ou melhor, um circuito reverberante que resulta num êxodo rural cada vez mais acelerado. Não é outra a situação a que se assiste no município de Uberlândia.

Neste município estas famílias de migrantes passam a viver nas condições de participação-exclusão de que nos fala Luiz Pereira (1971).

## 5. CONCLUSÕES

A primeira conclusão que podemos tirar da análise dos dados obtidos é de que 75% das famílias dos alunos repetentes da primeira série têm rendimentos econômicos inferiores à renda mínima per capita legal. Isto nos permi-

tiu considerá-los dentro das populações marginais definidas por Luiz Pereira (1971). Os outros dados obtidos referentes às despesas com água, luz, escola, alimentação e saúde confirmam as condições de carência econômica em que vivem.

O presente estudo não investigou uma amostra representativa de toda a população de alunos repetentes da primeira série em nosso município, optando por um estudo mais intensivo em uma única escola. No entanto, na medida em que possamos considerar a escola estudada como representativa da rede estadual de primeiro grau, avançaremos algumas conclusões, ainda que provisórias, sobre as crianças que em nosso município são as vítimas mais freqüentes da reprovação na primeira série do primeiro grau.

A partir da conclusão inicialmente apresentada, levantamos a hipótese de que, entre as crianças vitimadas pelo fracasso escolar, a grande maioria pertence aos segmentos mais inferiores da sociedade, ou, em outras palavras, são os mais pobres, economicamente marginais da sociedade, os que menos chances têm de progredir na escola.

Tentando recuperar as origens destas famílias, verificamos que, em sua maioria (61%), são migrantes da zona rural. Isto levou-nos a pesquisar a história do desenvolvimento econômico da região, onde descobrimos que a migração campo-cidade, provocada por uma expulsão do homem do campo

aliada a uma atração pela cidade, tem-se realizado de forma acelerada, produzindo os cinturões de pobreza, também denominados de periferia, onde se localiza a grande maioria das escolas da rede pública de primeiro grau. Esta situação de pobreza parece, pois, provocada pelas condições adversas em que se tem processado o desenvolvimento econômico do município de Uberlândia nos últimos anos.

Os dados obtidos nas entrevistas levam-nos a afirmar que, em sua maior parte, as famílias dos alunos repetentes são pobres e economicamente carentes. Além disto, seus grupos domésticos, em sua maioria (70%), caracterizam-se como famílias no sentido tradicional: pai, mãe e filhos, sendo que, destes, apenas 9% tinham o pai ou mãe naturais substituídos por padrasto ou madrasta, não se podendo, portanto, atribuir-lhes os estereótipos comuns de que provêm de lares desintegrados ou defeitos, como é comum ouvir nas escolas, nos jornais e até mesmo em re-

vistas científicas. E, ainda, os padrões de condutas quanto à higiene, à limpeza e à educação dos filhos, conforme declararam nas entrevistas e conforme podemos observar nas visitas aos domicílios, não são diferentes daqueles que norteiam a vida da classe média. Em síntese, apesar de serem marginalizados economicamente e migrantes rurais, não há dados que permitam afirmar qualquer marginalização ou desadaptação social.

A importância destas conclusões está em que elas nos ajudam a desmistificar a crença comum de que as crianças de periferia que se reprovam nas escolas são tipicamente marginais. Esta é uma crença muito comum entre os professores da rede pública, mas também aparece com muita frequência em estudos especializados. Ela serve para mascarar o fracasso institucional da escola, levando-se a imputar a deficiência, pressuposta na reprovação, à criança, originando os famigerados mitos da carência cultural.

## BIBLIOGRAFIA

- ARNS, O. e outros. **A comunicação lingüística paranaense: evasão e retenção escolar no 1º grau**, UFPR/INEP, 1978.
- BERLINCK, M.T. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1977.
- BONAMIGO, E. e PENNA FIRME, T. **Repetência na 1ª série do 1º grau: uma nova perspectiva de análise**. Porto Alegre, UFRGS/INEP, 1980.

- FERRARI, A. **Fatores escolares e não escolares de rendimento no ensino de 1º grau.** São Leopoldo, UNISINOS, 1975.
- FUKUI, L. e outros. **Escolarização e sociedade: um estudo de excluídos da escola.** São Paulo, CERU/INEP, 1980.
- GATTI, B.A. e outros; A reprovação na 1ª série do 1º grau: um estudo de caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 38: 3-13, Ago. 1981.
- ISAAC, N.J. e outros. **Diagnóstico discriminativo de escolar com dificuldades de aprendizagem.** Rio de Janeiro, FGV,ISOP/INEP, 1977.
- KANDEL, L. Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não diretiva, e sobre as pesquisas de opinião. In: THIOLENT, M.J.M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 3 ed., São Paulo, Pólis, 1982, p. 169-89.
- MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M.J.M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 3 ed., São Paulo, Pólis, 1982, p. 191-211.
- PAOLI, M.C.P.M. **Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso.** São Paulo, Pioneira, 1974.
- PEREIRA, L. Populações Marginais. In: PEREIRA, L. **Estudos sobre o Brasil Contemporâneo.** São Paulo, Pioneira, 1971.
- PEARLMAN, J.E. **O Mito da Marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro.** 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PESSOA, V.L.S. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural de Uberlândia.** (Tese de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP-Rio Claro, 1981, mimeo.).
- ROSEMBERG, L. **Educação e desigualdade social.** 2 ed. São Paulo, Loyola, s.d.
- SILVA, D.V. da O parque empresarial de Uberlândia. **Debate Económico**, Uberlândia, 2: 20-4, nov. 1984.
- THIOLENT, M.J.M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 2 ed., São Paulo, Pólis, 1982.

WOLF, L. Um estudo das causas de reprovação no 1º ano das escolas primárias do Rio Grande do Sul e suas implicações para a política e pesquisa educacional. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 3:67-105, jan. 1978.

### AGRADECIMENTOS

O autor deseja expressar sua gratidão a todos que colaboraram de forma decisiva para a realização desta pesquisa, destacando sua orientadora, Dra. Maria Regina Maluf, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), as suas auxiliares de pesquisa: Áurea de Fátima Oliveira, Ione Aparecida Silva, Luzia Aparecida da Conceição Borges, Maria de Fátima Olim Aveiro, Maria Rodrigues Naves,

Marta Aparecida Assuane, a escola pública de um bairro da periferia de Uberlândia onde este trabalho se realizou, que infelizmente não convém ser identificada, mas que tanto colaborou através de sua direção, de seus especialistas, de seus professores, funcionários, e, com destaque, àqueles que foram os verdadeiros autores deste trabalho, os pais dos alunos que tão gentilmente nos receberam e tão prestimosamente se dispuseram a colaborar. Sem eles e todos os outros acima citados este trabalho jamais se realizaria.